



Utopia e ideologia das Cidades Novas de usinas hidrelétricas: uma mirada sobre Ilha Solteira/SP

*Utopía e ideología de las Nuevas Ciudades de las hidroeléctricas:
una mirada a Ilha Solteira/SP*

E1_05 - Infraestruturas hídricas, urbanização e interestescalaridade: planejamento regional na América Latina do século XX

Inayara Santos Sampaio

Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil

Inayara.sampaio@usp.br

Eulalia Portela Negrelos.

Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil

negrelos@sc.usp.br

Resumo: A construção de Cidades Novas no Brasil da Era Vargas até finais da ditadura militar (1930-1985) materializa os ideais utópicos da “cidade ideal” construídos no Renascimento. Por sua vez, esses ideais, como fruto do conceito de utopia originado no século XVI com o romance homônimo de Thomas Morus, refletem uma crítica à realidade presente e propõem um modelo, a ser buscado pela sociedade, que torna a “cidade ideal” referência para o planejamento urbano ao longo da história. A partir do entendimento da construção de Cidades Novas como uma utopia, investigamos a relação entre infraestrutura hídrica e elétrica, planejamento regional e desenvolvimento urbano moldando a conformação do território brasileiro, ao articular a ideologia desenvolvimentista às estratégias de ocupação territorial promovidas pelo Estado, a partir de pesquisa histórica sobre o plano e implantação de Ilha Solteira/SP. Propomos debater as relações entre planejamento regional, infraestrutura e desenvolvimento urbano na América do Sul, através de instituições como a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), de 1951, com propostas de Lebrecht entre 1952 e 1954, vislumbrando uma integração de exploração econômico-territorial baseada em recursos hídricos. Criada no âmbito da política estatal de eletrificação e planejamento urbano da ditadura militar, a cidade de Ilha Solteira resulta da intervenção de duas importantes instituições que desempenharam um papel fundamental na consolidação das políticas nacionais de desenvolvimento a partir da integração entre planejamento urbano e

infraestrutura energética: a CIBPU e a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Busca-se compreender a experiência de Ilha Solteira no cenário dos projetos de infraestrutura hídrica da CIBPU e do planejamento regional integrado da CESP para o estado de São Paulo, analisando a relação entre diferentes escalas territoriais e os interesses dos agentes envolvidos, avaliando, além dos impactos físico-espaciais dessas intervenções, os processos históricos que possibilitaram sua concretização.

Palavras-chave: Utopia, Cidades Novas, Bacia Paraná-Uruguai, usinas hidrelétricas, Ilha Solteira (SP).

Resumen: *La construcción de Nuevas Ciudades en Brasil desde la Era Vargas hasta la dictadura militar (1930-1985) materializa los ideales utópicos de la “ciudad ideal” del Renacimiento. Estos ideales, fruto del concepto de utopía originado en el siglo XVI con la obra de Tomás Moro, reflejan una crítica a la realidad y proponen un modelo social, convirtiendo a la “ciudad ideal” en referencia para la planificación urbana histórica. Entendiendo la construcción de Nuevas Ciudades como utopía, investigamos la relación entre infraestructura hídrica y eléctrica, planificación regional y desarrollo urbano en la conformación del territorio brasileño, al articular la ideología desarrollista con las estrategias de ocupación territorial del Estado, mediante una investigación histórica sobre el plan y la implantación de Ilha Solteira (SP). Proponemos debatir las relaciones entre planificación regional, infraestructura y desarrollo urbano en Sudamérica, a través de instituciones como la Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), de 1951, con propuestas de Lebrecht (1952-1954), vislumbrando una integración económico-territorial basada en recursos hídricos. Creada en la política estatal de electrificación y planificación urbana de la dictadura, Ilha Solteira resulta de la intervención de dos instituciones fundamentales en la consolidación de las políticas de desarrollo e integración entre planificación urbana e infraestructura energética: la CIBPU y la Companhia Energética de São Paulo (CESP). Se pretende comprender la experiencia de Ilha Solteira en el escenario de los proyectos de infraestructura de la CIBPU y de la planificación regional integrada de la CESP para São Paulo, analizando la relación entre escalas territoriales y los intereses de los agentes, evaluando, además de los impactos físico-espaciales de dichas intervenciones, los procesos históricos que posibilitaron su concretización.*

Palabras-clave: Utopía, Ciudades Nuevas, Cuenca Paraná-Uruguay, Usinas hidroeléctricas, Ilha Solteira (SP).

Introdução

No início da década de 1930, 30% da população brasileira já vivia em cidades e, nesse momento, tanto no campo do urbanismo quanto nos campos das ciências humanas, as mudanças nos planos social, econômico e político do país pós-revolução constitucionalista forçam a reconstrução de saberes e práticas sobre as cidades (Feldman, 2012, p. 27). Essa reconstrução se dá junto à aceleração do crescimento da população urbana em razão do crescimento industrial e as mudanças no processo de institucionalização do urbanismo, tais como: alargamento da concepção de urbanismo; consideração da totalidade do território urbano como espaço de atuação dos urbanistas; incorporação de setores da sociedade, criando condições favoráveis à organização de instituições voltadas à concepção de planos e instrumentos urbanísticos (Rezende, 2012; Feldman, 2012). Fernandes (2012, p. 51) indica que "o modelo desejado de desenvolvimento associava produção industrial e condições urbanas e reprodução social, conduzido por um Estado fortemente atuante, verticalizado e hierarquizado". Os conselhos e comissões técnicas serviriam como uma ferramenta agrupada para a transformação em unidade nacional, auxiliando na organização da nova estrutura do Estado.

Somadas a essas mudanças, entre 1930 e 1945 há uma valorização do município na atuação local para o controle geral dos programas e ordens federais, o reconhecimento da carreira de Arquitetura bem como a introdução da formação profissional em Urbanismo, além de uma mobilização dos urbanistas – arquitetos e engenheiros - para legitimar o campo profissional, atuando para qualificar e fortalecer o município e a administração municipal em um "processo de delineamento de uma política nacional para as cidades" (Fernandes, 2012, p. 47; Feldman, 2012). A centralidade da cidade no processo de transformação da nação é evidenciada pelas transformações políticas, econômicas e institucionais e é aí que Feldman (2012, p. 28) indica dois paradoxos: "a importância do município convive com a autonomia financeira e com a legislação profundamente centralizadora" e a "convivência entre o ideário antiurbano e a construção da identidade urbana do país", o que identificamos que ocorre em detrimento dos investimentos no campo.

Neste trabalho exploramos a ideia de que, desde o período da Era Vargas, quando se dá início ao primeiro ciclo desenvolvimentista que se estenderá a 1964, e até o final da ditadura militar, com o final do segundo ciclo do desenvolvimentismo, agora de caráter autoritário, a construção de Cidades Novas no Brasil materializa os ideais utópicos da “cidade ideal” construídos no Renascimento. Por sua vez, esses ideais, como fruto do conceito de utopia originado no século XVI com o romance homônimo de Thomas Morus, refletem uma crítica à realidade presente e propõem um modelo, a ser buscado pela sociedade, que torna a “cidade ideal” referência para o planejamento urbano ao longo da história.

Desde 1930 a proposta de desenvolvimento industrial no Brasil se aliou a um forte sentimento nacionalista que, em função do ideal de uma nação moderna, se refletiu, entre outros fatos, no planejamento urbano (Ferrari; Negrelos, 2022). Consolidando o propósito de ocupação do interior do país, que, para o interesse desta pesquisa, culmina na ocupação do estado de São Paulo pela “Marcha para o Oeste”. Assim, a partir do entendimento da construção de Cidades Novas como uma utopia, buscamos investigar a relação entre infraestrutura, planejamento e desenvolvimento moldando a conformação do território brasileiro, ao articular a ideologia desenvolvimentista às estratégias de ocupação territorial promovidas pelo Estado, a partir de pesquisa histórica sobre o plano e implantação de Ilha Solteira/SP.

Contexto técnico e político

O processo de urbanização no Brasil “moderno”, iniciado com a Era Vargas (a partir de 1930), foi marcado pela busca da expansão e ocupação territorial na construção do “novo”. A construção da ideia de uma “marcha para o oeste” brasileira, difundida por Vargas, avançando no controle do interior do país com a construção de várias novas cidades de várias categorias, desde capitais como Goiânia a vilas operárias como Serra do Navio, encontra na construção de Brasília na década de 1950 um reforço a esse espírito nacional, propagando um ideal de cidade, inclusive vinculando-se à tradição do empreendimento urbano na América, evidenciando a incorporação de culturas estrangeiras no processo de urbanização latino-americano, que Tavares (2004) aponta ser artificial e projetado. Além disso, a ocupação territorial na América Latina nos séculos XIX e XX, incluindo a construção de novas cidades para dominar o território (por iniciativas estatais ou privadas), manteve componentes do período colonial, incorporando referências internacionais na cultura urbanística nacional. Conforme Tavares (2004), a diversidade de planos e projetos urbanos republicanos demonstra a rápida assimilação de conceitos urbanísticos visando modernizar a nação, transformando-a de rural para urbana em cerca de 50 anos.

Assim, a construção de Cidades Novas como uma utopia indica que, para o caso brasileiro, o ciclo desenvolvimentista tem seu auge no início dos anos 1960, com a inauguração de Brasília, representando não apenas um ápice técnico e cultural, ponto alto do projeto latino-americano de modernização, como também um marco que ecoa debates sobre o planejamento urbano até os dias atuais (Ferrari; Negrelos, 2022). Esse paralelo pode ser feito entre Brasília e Ilha Solteira, ilustrando como as ambições políticas e utópicas, conectadas ao imaginário na construção de Cidades Novas e uma nova sociedade, vão além de sua funcionalidade e dialogam com o ideário que se fundamenta na análise do papel das cidades no contexto latino-americano e, ainda, vinculadas à conquista e exploração do território.

Por que as cidades novas são uma utopia?

A análise da utopia de Cidades Novas e a ideologia do Estado no planejamento urbano situa-se no cruzamento das discussões sobre urbanismo, economia política e história das cidades, permitindo compreender como a produção do espaço urbano está vinculada às dinâmicas de poder e à busca por desenvolvimento e progresso. Assim, exploramos a tensão entre a utopia e a vivência cotidiana, que caracteriza as Cidades Novas, e que transforma essas cidades em lugares de interesse para a experimentação e a construção de laboratórios de ideias, formas de organização e controle presentes no campo do urbanismo (Sampaio, 2025).

Considerando Cidades Novas como carregadas de utopia, identificamos a relação entre utopia e ideologia no planejamento urbano, que emerge, então, como um campo de tensões e contradições, evidenciando o papel da imaginação constituinte de Ricoeur (2015), indicando-a na experiência humana de criar cidades. O autor nos ajuda a compreender os dois conceitos como fenômenos interligados, enquanto Tafuri (1985) apresenta uma crítica ao papel da ideologia como mecanismo que reforça as estruturas de poder. Tal Perspectiva é enriquecida pela contribuição do pensamento de Mannheim (1976), que distingue a ideologia da utopia pela capacidade de realização das ideias na ordem social. Dessa forma, evidencia-se o paradoxo central para este trabalho: enquanto o planejamento busca moldar uma cidade e a sociedade de forma racional e ordenada para atingir uma utopia social, o faz servindo aos interesses não da sociedade, mas de uma classe dominante.

A partir dos anos 1940 a intensificação do processo de urbanização vai impactar a ocupação do extremo oeste do estado de São Paulo. Numa margem de 30 anos, a população urbana vai experimentar um crescimento de 31%, de 35% em 1934 a 66% em 1964, “tornando-se uma fonte de estímulos capaz de emprestar ao processo de povoamento uma maior complexidade e diversificação em relação aos padrões verificados nas décadas anteriores, em outras regiões do Estado” (CESP, s.d., p. 28). Devido à sua localização e potencial de ocupação e industrialização, o Oeste Paulista tem relevância nesse quadro de relações uma vez que se estabeleceu como uma região de grande interesse do Estado brasileiro para atingir seus objetivos desenvolvimentistas e como um meio de interiorização da colonização com a associação de programas nacionais e comissões interestaduais a companhias de geração de energia elétrica e aproveitamento hidroviário, entre as décadas de 1950 e 1960.

CIBPU e CESP

Criada no âmbito da política estatal de eletrificação e planejamento urbano da ditadura militar, a cidade de Ilha Solteira resulta da intervenção de duas importantes instituições que desempenharam um papel fundamental na consolidação das políticas nacionais de desenvolvimento a partir da integração entre planejamento urbano e infraestrutura energética: a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), criada em 1951, e a CELUSA (Centrais Elétricas de Urubupungá), criada em 1961 e que posteriormente, em 1966, vai ser parte da fusão entre onze empresas de energia elétrica que atuavam isoladamente, a fim de centralizar o planejamento e racionalização dos recursos do estado de São Paulo no setor energético, recebendo o nome de Centrais Elétricas do Estado de São Paulo, hoje Companhia Energética de São Paulo (CESP).

A estratégia da CIBPU foi fortemente influenciada por modelos internacionais de planejamento integrado, especialmente a experiência norte-americana da Tennessee Valley Authority (TVA). Assim, exploramos as relações entre planejamento regional, infraestrutura e desenvolvimento urbano na América do Sul, com propostas como a de Le Bret entre 1952 e 1954, vislumbrando uma integração de exploração econômico-territorial baseada em recursos hídricos, abordagem que articulava a geração de energia com o desenvolvimento social e a melhoria da navegação.

Para a análise da atuação da CESP é fundamental compreender a experiência de Ilha Solteira no cenário dos projetos de infraestrutura hídrica da CIBPU e do planejamento regional integrado da CESP para o estado de São Paulo, analisando a relação entre diferentes escalas territoriais e os interesses dos agentes envolvidos. Avaliando não apenas os impactos físico-espaciais dessas intervenções, mas também os processos históricos que possibilitaram sua concretização. Os estudos e projetos da CIBPU e da CESP, impulsionados principalmente pela eletrificação e pela ocupação do oeste paulista, demonstram a metodologia de planejamento regional integrado que se tornou a marca mais forte dos projetos urbanos da CESP, que emerge como agente e como resultado desse processo. A importância dessa experiência, que utilizou as bacias hidrográficas como fundamento para o planejamento regional, gerou modelos habitacionais diversos, adaptados às necessidades locais e às aspirações políticas, variando desde núcleos temporários até cidades permanentes, como Ilha Solteira. Fato que simboliza o esforço de estabelecer polos de desenvolvimento autônomos e evidencia a função da CESP na conformação do território paulista, verificado na sobreposição entre as Usinas planejadas e/ou inauguradas pela CESP e o desenvolvimento dos modais de transporte no estado de São Paulo na figura 01.

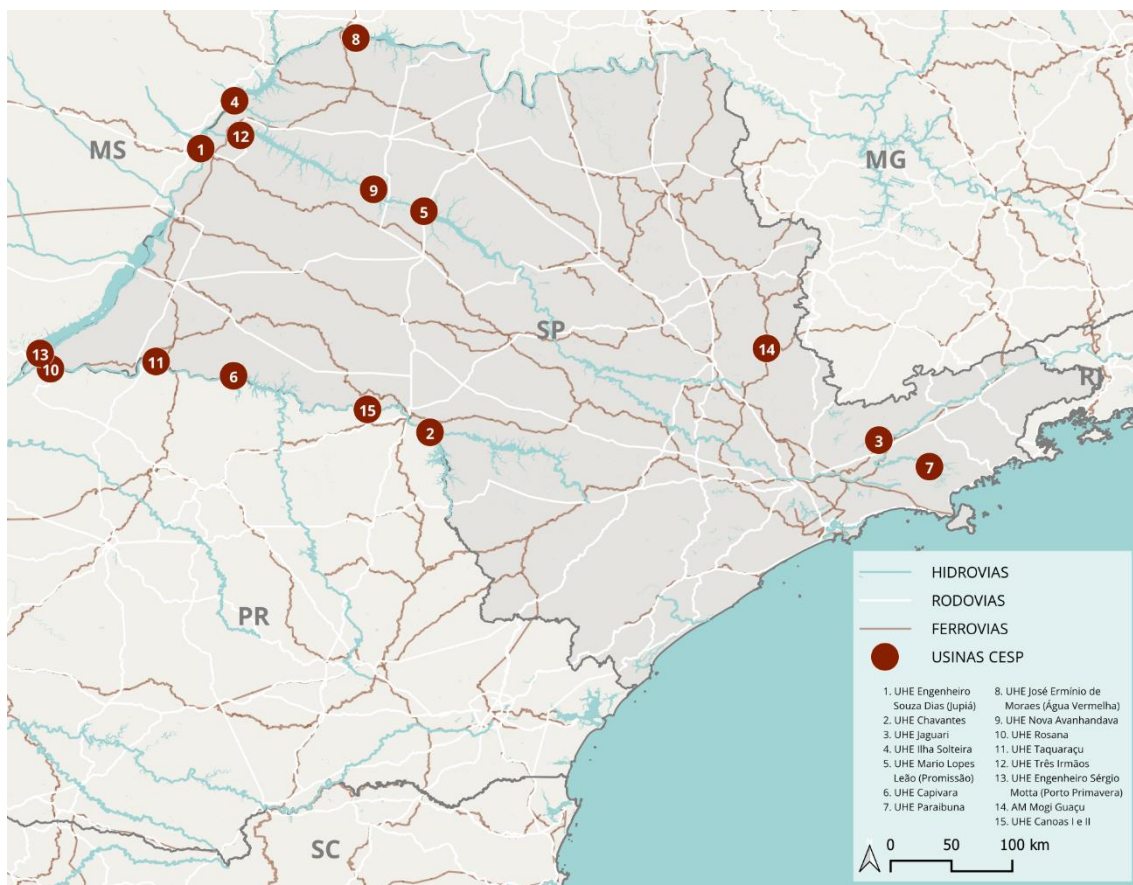


Figura 01: Mapa de localização das usinas da CESP. Fonte: TSUKUMO, Nina M. J. (coord.). Arquitetura na CESP. São Paulo: CESP, 1994; BIT; IBGE; Metadados da ANA. Coordenadas Geográficas Datum Sirgas 2000. Elaboração da autora em parceria com Janaina Matoso, 2025

Inicialmente, a CELUSA detinha a responsabilidade pelo planejamento e organização do canteiro de obras, das subestações de energia, dos núcleos urbanos, além da concepção do novo sistema rodoviário, das barragens de acumulação, eclusas de navegação e obras de irrigação, drenagem e proteção de terrenos marginais, sendo que, em 1966, esta compôs a fusão da CESP, que, então, ficou encarregada de estudar, projetar, construir e operar os sistemas das hidrelétricas, inclusive na elaboração de plano e programas de desenvolvimento econômico (Vianna, 2012, p. 210). Dessa forma, o planejamento de Urubupungá é elaborado entre 1957 e 1960 pela equipe coordenada pelo engenheiro Robert Mange (Vianna, 2012, p. 212).

Antes de integrarem os projetos da CESP, Robert Mange e Ariaki Kato já atuavam no setor energético pela CHERP e CELUSA (Vianna, 2012, p. 199) por intermédio da PLANEMAK (Planejamento, Arquitetura e Engenharia Ltda.), sociedade entre os profissionais que se destacaria na área de infraestrutura para a construção de hidrelétricas (Santos, 2018). Ernest Robert de Carvalho Mange (1922-2005), engenheiro formado pela Escola Politécnica da USP em 1945 e com experiência de estágio com Rino Levi e trabalho com Le Corbusier na Unidade de Habitação de Marselha, atuou como professor na FAU-USP e notabilizou-se em projetos públicos para educação pela Comissão Convênio Escolar e em trabalhos de consultoria para a Construções e Comércio Camargo Corrêa S. A. (Araújo, 2004). Ariaki Kato (n. em 1931), por sua vez, formado em 1954 pela FAU-USP, iniciou sua carreira estagiando nos escritórios de Hélio Duarte e Ernest Mange e, similarmente, foi professor da FAU-USP, criando com Mange a Planemak em 1955, após a saída de Hélio Duarte, e mantendo-a ativa até 1986 (Santos, 2018, p. 107).

O plano de Ilha Solteira

Na região da bacia do Rio Paraná são construídas as 3 barragens, com as vilas e núcleo urbano, que comporiam o projeto do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá: Ilha Solteira; Jupiá; Três Irmãos.

A primeira usina do complexo, Jupiá (atual Usina Engenheiro Souza Dias), teve sua construção iniciada em 1962 e entrou em operação em 1969. Para alojar a força de trabalho, dada a distância de centros urbanos, a empresa responsável (CELUSA e Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. – CCCC) implantou o acampamento provisório Vila Piloto, em Três Lagoas (AEIS, 1974). Adjacente à Vila Piloto, existia a Vila de Operadores, destinada aos funcionários técnicos e administrativos. Contudo, Vianna (2012) aponta que as "vilas provisórias" geravam problemas administrativos e financeiros por se tornarem ociosas, demandando que a CESP alterasse sua estratégia de construção. Assim, a construção da usina de Ilha Solteira, iniciada em 1966 e projetada para ser maior que Jupiá, somou aos problemas de um contingente maior de funcionários as questões relacionadas à implantação de vilas operárias e fatores econômicos, sociais e políticos ligados ao desenvolvimento regional. Diante desses desafios, optou-se pela construção de um acampamento com características de cidade, visando atender imediatamente às necessidades administrativas da CELUSA, funcionando como um modelo intermediário entre o acampamento de Jupiá e a estrutura de uma cidade, embora o cidadão permanecesse subordinado às exigências da companhia (Vianna, 2012). A inauguração da Usina de Ilha Solteira ocorreu em 1974, e, posteriormente, a cidade serviu como acampamento para os operários da construção da usina de Três Irmãos.

Ilha Solteira teve plano e projeto desenvolvidos por Ernest Mange e Ariaki Kato, indicados pela CELUSA a partir do já desenvolvido em Jupiá. Assim, o plano é escrito em duas fases, que resultaram nos documentos: Planejamento de Ilha Solteira: Núcleo Urbano – Relatório 1, publicado em 1967; Planejamento de Ilha Solteira: Núcleo Urbano – Relatório 2, publicado em 1968. O primeiro relatório dispõe especialmente sobre os aspectos sócio urbanísticos, plano diretor/plano urbano e elementos técnicos e gráficos para o desenho urbano do núcleo. Já o Relatório 2 dispõe das condições de implantação do núcleo urbano em relação à política da CESP, instrumentos de controle social e estatuto jurídico.

Entende-se que a construção da cidade de Ilha Solteira ocorreu baseada em um planejamento que buscou atender as características principais de responsabilidade de administração pela CELUSA/CESP e posterior emancipação. Portanto, conferindo certas particularidades em seu projeto, a construção e implantação do núcleo urbano também deveria seguir as fases de crescimento relacionadas à construção da usina e sua posterior emancipação. Como apresentam Mange e Kato (1968, p.10) no Relatório 2 do Planejamento de Ilha Solteira, concluindo sobre o “diagnóstico da situação” encontrada:

1 – As experiências anteriores, se tomadas isoladamente, não fornecem os elementos suficientes para resolver os problemas que se colocam para a cidade de Ilha Solteira.

2 – O núcleo de Ilha Solteira constitui um **tipo novo de fenômeno, reunindo simultaneamente características de cidade e de acampamento.**

3 – Como um tipo novo de fenômeno urbano **o núcleo de Ilha Solteira exige a definição de uma nova política geral**, especialmente estabelecida para o

seu caso, que permita organizá-lo de um modo novo, adequado às suas condições (Mange; Kato, 1968, p. 10, grifos nossos).

A estimativa populacional da CELUSA era de uma população total de 51.900 habitantes. Considerando uma média de cinco pessoas por família, a estimativa previa 9.300 famílias e, portanto, o mesmo número de residências (Mange; Kato, 1967, p. 73). Além desse fator, a empresa deveria considerar o elevado número de empregados, a duração da obra, as características geoeconômicas da região da usina e o alto custo de transporte diário entre as cidades mais próximas e o canteiro de obras. Assim, teria que investir no núcleo urbano a fim de garantir as condições mínimas de permanência dessa nova população, além de conceber um plano que permitisse que a cidade pudesse continuar a existir e crescer sem grandes dificuldades depois da obra da usina finalizada (Mange; Kato, 1967, p. 56). Dessa forma, o Planejamento de Ilha Solteira (Figura 02) é concebido em 1967 e publicado entre 1967 e 1968 com as seguintes soluções propostas para a CESP:

- 1 - Definir uma política geral nova, para o núcleo de Ilha Solteira, que permita organizar os vários aspectos de sua vida, de um modo novo e coerente.
- 2 - Estabelecer um sistema de planejamento sóciourbanístico permanente, para a orientação dessa política, com indicação detalhada das medidas para enfrentar as situações novas e para o controle de sua aplicação.
- 3 - Dotar o núcleo de Ilha Solteira de um estatuto jurídico de um tipo novo, que lhe permita reunir simultaneamente e de modo eficaz, características de cidade e de acampamento.
- 4 - Preparar um esquema administrativo igualmente novo, capaz de sintetizar as práticas anteriores em conjuntos mais complexos.
- 5 - Preparar e orientar, as duas parcelas básicas de sua população para a constituição de uma experiência de vida nova, com objetivos em comum. (Mange; Kato, 1968, p. 11)

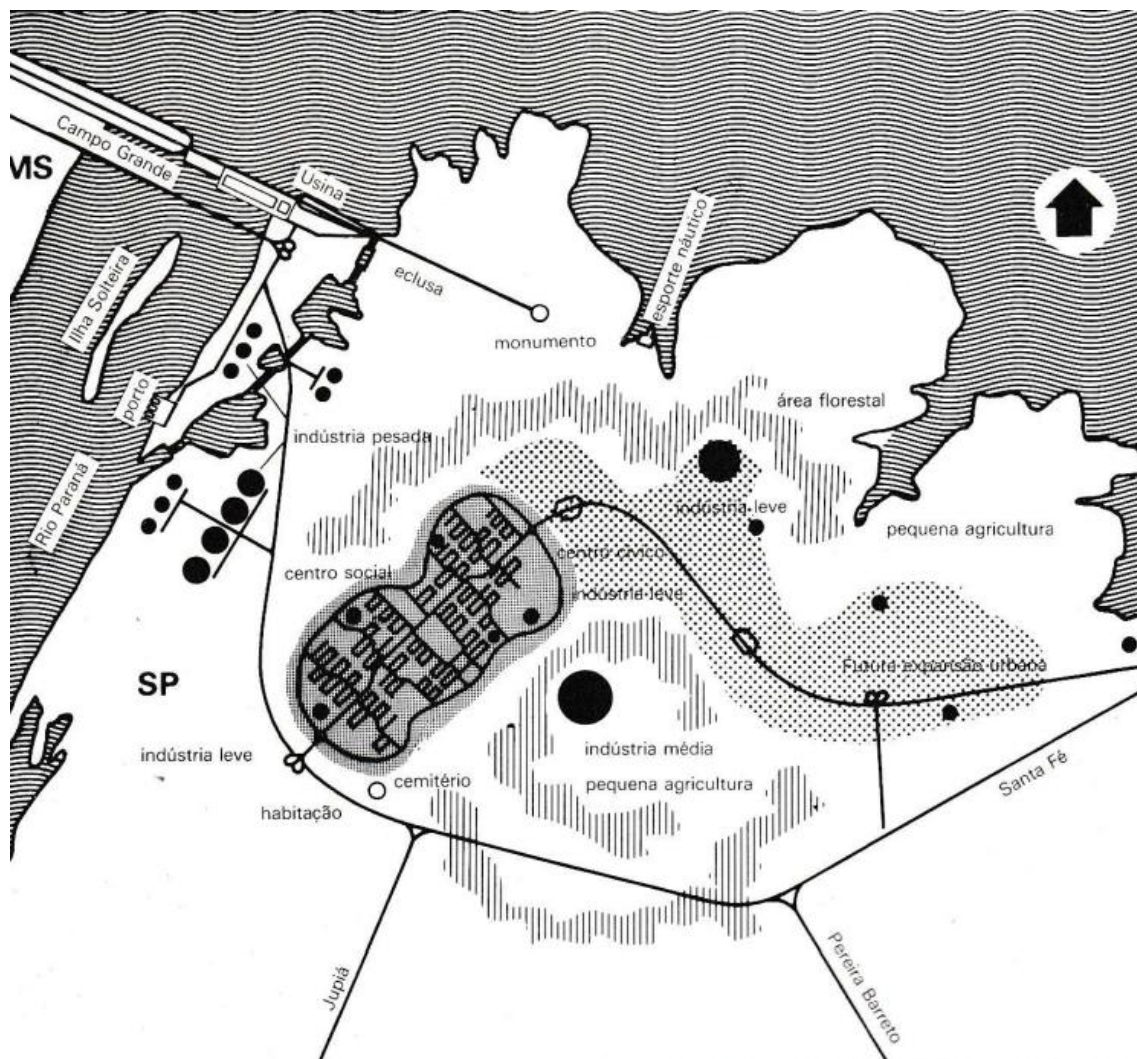


Figura 02: Plano Geral para a cidade de Ilha Solteira. Fonte: Cesp, 1988, p. 14

Em 1970 a CIBPU, junto à CESP, ainda realiza uma série de estudos sobre Ilha Solteira e região, especialmente sobre seus recursos naturais e atividades agrícolas e industriais intitulados A região de Ilha Solteira e suas possibilidades de desenvolvimento econômico (Gardin, 2009, p. 151), além dos relatórios e estudos posteriores sobre a implantação e estrutura física e administrativa da cidade. E em 1980 é desenvolvido, agora com autoria designada à Planemak – mas ainda sob liderança e coordenação direta de Mange e Kato – um segundo plano para Ilha Solteira, denominado de Ilha Solteira - Planejamento Urbano II/1980, com o objetivo de transformar o núcleo, que ainda tinha características de acampamento, em uma cidade. Mantendo as diretrizes do Planejamento Urbano de Ilha Solteira (1967 e 1968) e complementando as áreas até então consideradas de expansão (Figura 3), foi revisto o parcelamento do solo urbano, adaptando-o às condições do mercado imobiliário na época, assim como elaboradas leis de parcelamento, uso e ocupação do solo, código de obras e regulamentação da paisagem urbana (Planemak, 1980, p. 8).

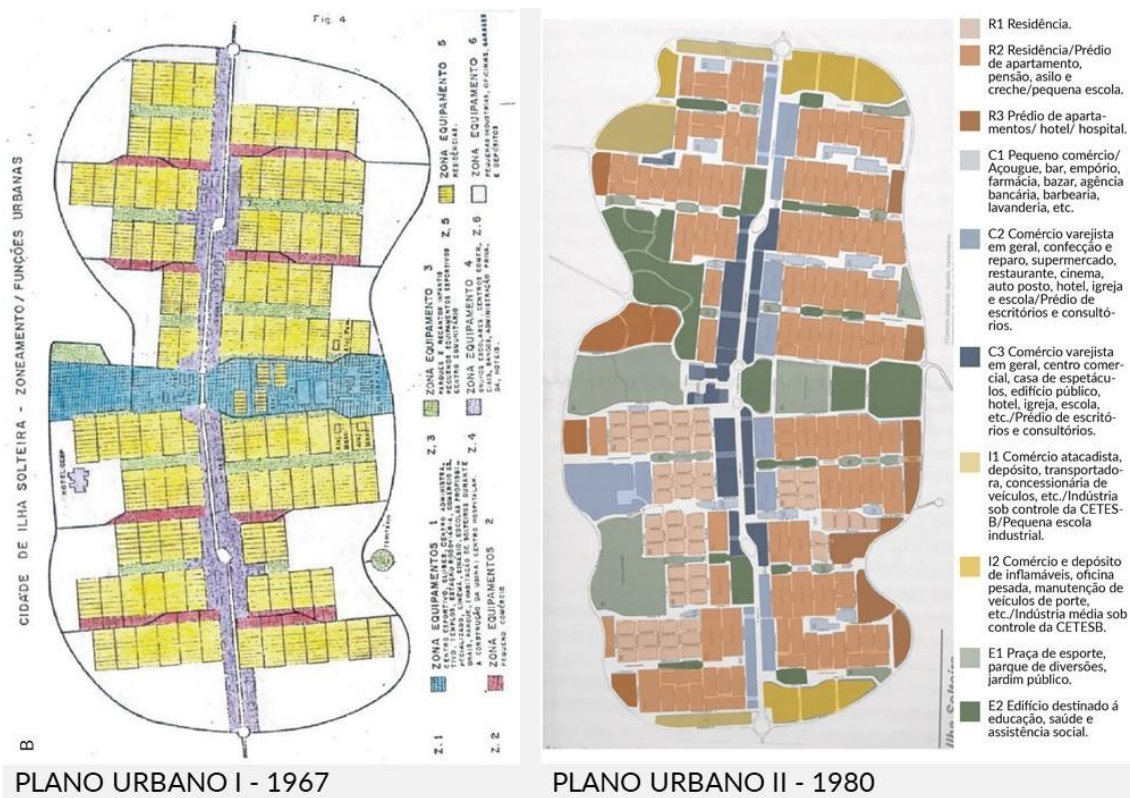


Figura 03: Plano urbano I (Planejamento de Ilha Solteira) e Plano Urbano II (Ilha Solteira – Planejamento Urbano II/1980. Fonte: AEIS, 1970; Planemak, 1980. Elaboração Sampaio, 2018

Referências

- ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL DE ILHA SOLTEIRA - AEIS. Assessoria aos Serviços Comunitários (org.). **Ilha Solteira experiência de implantação de uma cidade**. Ilha Solteira: Cesp, 1970.
- ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL DE ILHA SOLTEIRA – AEIS. Assessoria aos Serviços Comunitários (Org.). **A cidade de Ilha Solteira**. Ilha Solteira, Administração dos Núcleos Urbanos de Urubupungá, 1974.
- ARAÚJO, Cláudia G de. **Arquitetura e cidade na obra de Ernest de Carvalho Mange**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.18.2004.tde-18082025-101343> Acesso em: 14 out. 2025.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DE SÃO PAULO – CESP. Departamento de economia. **A região de Ilha Solteira e suas possibilidades de desenvolvimento econômico**: Caracterização da agricultura. São Paulo: Cesp/Cibpu, [s.d.]
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Ilha Solteira**: a cidade e a usina. Fascículos da História da Energia Elétrica em São Paulo - N. 2. São Paulo: Cesp, 1988.
- FELDMAN, Sarah. As comissões de Planos da Cidade na Era Vargas. In: REZENDE, Vera F. (org.) **Urbanismo na Era Vargas**: a transformação das cidades brasileiras. Niterói: Editora da UFF; Intertexto, 2012. p. 21-44.
- FERNANDES, Ana. Urbanismo como política (1930-1945): formulação e experiências. In: REZENDE, Vera F. (org.) **Urbanismo na Era Vargas**: a transformação das cidades brasileiras. Niterói: Editora da UFF; Intertexto, 2012. p. 45-69.

FERRARI, Camila. NEGRELOS, Eulalia P. Urbanização, Estado e Planejamento entre 1945 e 1964: Especificidades brasileiras na América Latina. In: **Contemporânea**, V. 16, n. 2, Historia y problemas del siglo XX, 2022. p.84-105. Disponível em: <https://ojs.fhce.edu.uy/index.php/cont/article/view/1796> Acesso em: 14 out. 2025.

GARDIN, Cleonice. **CIBPU: A Comissão Interestadual da bacia Paraná-Uruguai no planejamento regional brasileira** (1951-1972). Dourados: UFGD, 2009. Disponível em: <https://omp.ufgd.edu.br/livrosabertos/catalog/book/62> Acesso em: 14 out. 2025.

MANGE, Ernest R. de C.; KATO, Ariaki. **Planejamento de Ilha Solteira: Núcleo Urbano Relatório 1.** São Paulo: Planemak, 1967. 2 v.

MANGE, Ernest R. de C.; KATO, Ariaki. **Planejamento de Ilha Solteira: Núcleo Urbano Relatório 2.** São Paulo: Planemak, 1968. 2 v.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

PLANEMAK. **Ilha Solteira – Planejamento Urbano II/1980.** São Paulo: Planemak, 1980.

REZENDE, Vera F. O Urbanismo na Era Vargas: uma introdução. In: REZENDE, Vera F. (org.) **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras.** Niterói: Editora da UFF; Intertexto, 2012. p. 9-19.

RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015. Epub.

SAMPAIO, Inayara S. **Em favor da cidade aberta: Revertendo processos de privatização em Ilha Solteira (SP), a partir do Residencial Ilha Bela.** 2018. Trabalho de Finalização de Curso – Curso de Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/203889> Acesso em: 14 out. 2025.

SAMPAIO, Inayara S. **A utopia das Cidades Novas: Estado e planejamento urbano em Ilha Solteira/SP de 1950 a 1980.** 2025. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.102.2025.tde-25092025-140326> Acesso em: 14 out. 2025.

SANTOS, Luciene R. **Os professores de projeto da FAU-USP (1948-2018): esboços para a construção de um centro de memória.** 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.16.2018.tde-18092018-163855>. Acesso em: 14 out. 2025.

TAFURI, Manfredo. **Projecto e utopia.** Lisboa: Presença, 1985.

TAVARES, Jeferson C. **Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional.** 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.18.2004.tde-23092008-111353> Acesso em: 14 out. 2025.

VIANNA, Mônica P. **Da edificação ao traçado urbano: A experiência de planejamento regional integrado na CESP.** 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.102.2012.tde-30082012-164405> Acesso em: 14 out. 2025.